



PATRIMÔNIO-TERRITORIAL INDÍGENA EM VIÇOSA DO CEARÁ: A CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.

Daniele Maria de Carvalho Santos¹

Ana Roberta Duarte Piancó²

INTRODUÇÃO

A colonização portuguesa iniciada no século XVII em Viçosa do Ceará, município localizado no noroeste cearense, na microrregião da Serra da Ibiapaba, provocou uma profunda desterritorialização dos povos indígenas que viviam nesse território. Esse fenômeno teve como causas a educação e a catequização jesuítica, além das violentas práticas regulamentadas pelo Diretório pombalino a partir de 1759.

A maioria das pesquisas produzidas sobre a questão indígena de Viçosa do Ceará, se dedicaram a explicar o passado e não se preocuparam em verificar os patrimônios que ainda resistem no território atual. Além disso, o município não dispõe de material didático que norteie a prática docente e incentive os discentes a refletir criticamente sobre as permanências das territorialidades indígenas nesses espaços de resistência. Essas evidências demonstram uma considerável lacuna na literatura.

Nesse sentido, o presente estudo se propõe a analisar e identificar o patrimônio-territorial indígena que resistiu ao processo de subalternização desses povos, permitindo um diálogo potente com a cartografia social e a educação geográfica. Esse estudo dará visibilidade aos bens materiais e imateriais que resistiram às tentativas de apagamento histórico-cultural, por meio da elaboração de um mapeamento participativo, que servirá como recurso educacional para o ensino de Geografia na educação básica.

Em suma, espera-se que este estudo contribua com o fortalecimento de uma educação geográfica que desenvolva a consciência crítica dos estudantes sobre sua história e seu território, permitindo a redescoberta de uma identidade invisibilizada que contribuiu diretamente com a formação do povo viçosense, mas que atualmente é negada, estereotipada e folclorizada pela população local, revelando assim, a violência da colonização portuguesa.

¹ Universidade Regional do Cariri (URCA). Endereço de e-mail: daniele.mcsantos@urca.br

² Universidade Regional do Cariri (URCA). Endereço de e-mail: roberta.pianco@urca.br



METODOLOGIA

A presente pesquisa se fundamentará no método qualitativo, utilizando uma abordagem descritiva, visando analisar o patrimônio-territorial indígena em Viçosa do Ceará. Desse modo, o trabalho será delineado através de estudo de caso, tendo a cartografia social como o principal recurso para elaborar a representação cartográfica. A coleta de dados ocorrerá através de observação participante com oficinas participativas, a realização de entrevistas semiestruturadas e a análise de documentos que resultarão na elaboração coletiva de um mapeamento participativo. A análise de conteúdo constituirá a principal forma de análise e interpretação dos resultados.

O método qualitativo será o alicerce dessa investigação, pois ele perpassa pelo universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2007, p. 21). Essas características favorecerão a construção coletiva de um mapeamento do patrimônio-territorial indígena de Viçosa do Ceará.

A abordagem descritiva contribuirá para estabelecer o marco teórico da pesquisa, pois ela tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2002, p. 43). Essa técnica permitirá um diálogo entre os sujeitos envolvidos e os objetivos dessa pesquisa, viabilizando a identificação de símbolos e significados do patrimônio-territorial indígena que resiste naqueles territórios, a partir da perspectiva dos próprios indivíduos que vivem ali.

O delineamento da pesquisa ocorrerá por meio do estudo de caso, uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (YIN, 2001, p. 32), uma vez que, os dados que serão alcançados pelo presente trabalho, virão da realidade observada em campo, de fatos que apesar de terem acontecido no passado, se manifestam no presente, como é o caso do patrimônio-territorial indígena e o seu processo de ressignificação através de um mapeamento participativo.

Além disso, o estudo de caso, busca responder uma questão do tipo "como" ou "por que" sobre acontecimentos contemporâneos do qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle (YIN, 2001, p. 28). Isso significa uma possibilidade de investigar como o patrimônio-territorial indígena resistiu ao apagamento sistemático da colonização e o por que da cartografia social ser um meio eficaz de ressignificação no ensino de Geografia, através da observação em campo, sem manipular os comportamentos, já que não é possível alterar o processo histórico de colonização ou as percepções dos estudantes sobre seus territórios.



A pesquisa realizar-se-á com estudantes do 2º ano do Ensino Médio, pois possuem maturidade adequada para compreensão da temática e também por ser uma turma que permanecerá na escola no ano seguinte, o que permitirá um retorno com o resultado do estudo e entrega do mapeamento. Portanto, foram selecionadas duas instituições para realização da pesquisa de campo: E.E.M. Dr. Júlio de Carvalho e E.E.M. Deputado Manoel Rodrigues, por serem as duas escolas de ensino médio a funcionarem nos distritos. Será selecionado uma turma por distrito, abrangendo os oito distritos do município, incluindo o distrito-sede.

Para Yin (2001, p. 105) as evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Contudo, a triangulação de dados é a forma mais eficiente para tornar essa pesquisa legítima, visto que, segundo Triviños (1987, p. 38), essa técnica tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo.

Diante disso, serão utilizados nessa pesquisa, três principais dessas fontes de coleta de dados, a saber: a análise de documentos, a observação participante e a realização de entrevistas. Bassey (1999, p. 81) pontua que esses são os três grandes métodos de coleta de dados nos estudos de caso: fazer perguntas (e ouvir atentamente as respostas), observar eventos (e anotar cuidadosamente o que acontece) e ler documentos. Essas combinações técnicas são permitidas visando a melhor qualidade da pesquisa (MARTINS, 2008, p. 23).

A observação participante será a técnica central, pois norteará a realização das oficinas participativas com os estudantes do 2º ano do Ensino Médio das instituições escolhidas, já que segundo Yin (2001, p. 116) ela permite desenvolver a capacidade de perceber a realidade do ponto de vista de alguém de "dentro" do estudo de caso, e não de um ponto de vista externo.

Sob essa perspectiva, as oficinas participativas realizadas por meio da observação participante, permitirá alocar o pesquisador no contexto físico a ser treinado e de se criar condições para a coleta de dados e informações através dos olhos dos pesquisados, requerendo do observador participante desprendimento e envolvimento pessoal (MARTINS, 2008, p. 26).

Serão realizadas três oficinas participativas por escola, entre fevereiro e maio de 2026, utilizando a técnica de entrevista em *focus group*. Defendida por Martins (2008, p. 28) como um tipo de entrevista realizada em grupo, onde o objetivo é a discussão de um tópico específico, que neste caso, é o patrimônio-territorial indígena, no qual os participantes influenciam uns aos outros pelas respostas às ideias, às experiências e aos eventos colocados pelo moderador.



Assim, no primeiro encontro ocorrerá a apresentação e a sensibilização da turma para a relevância social e acadêmica da pesquisa. Introduzir-se-á o conceito de patrimônio-territorial, traçando o processo histórico de subalternização³ dos povos indígenas de Viçosa do Ceará e estimulá-los a desenvolver um olhar mais atento para o lugar em que vivem. Nessa perspectiva, será solicitado que os estudantes desenvolvam diálogos com pessoas mais velhas da comunidade para tentar identificar nas memórias desses sujeitos, elementos que podem compor o patrimônio-territorial indígena de seu próprio território.

O segundo encontro será o momento da escuta ativa. Essa etapa possibilitará que os próprios alunos, partindo de suas vivências e do diálogo com os mais velhos, analisem e identifiquem os possíveis elementos que constituem o patrimônio-territorial indígena daquele distrito. Esses patrimônios podem ser de ordem material, como a existência de praças e ruas que remetam à origem indígena, a arquitetura com materiais naturais e técnicas construtivas, a produção de louças de barro, a cestaria de palha, as casas de farinhas etc.; e de ordem imaterial, como as benzedadeiras, rezadeiras, parteiras, curandeiras, as crenças, os rituais, as danças, as técnicas agrícolas, dentre outros.

Nesse encontro, de forma coletiva e colaborativa, os estudantes irão localizar esses patrimônios numa base cartográfica impressa elaborada com a ferramenta do *Qgis*, utilizando a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece de forma pública a malha de todo os distritos do Brasil. O Google Earth também será usado como uma camada de referência visual e para validação de dados.

No terceiro encontro será exibido a prévia do mapa com os elementos escolhidos pelos alunos. Faremos as correções necessárias e criaremos uma legenda com base na própria vivência dos estudantes, sem levar em consideração as normas cartográficas oriundas de uma padronização científica.

A entrevista é uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso (YIN, 2001, p. 112). Desse modo, em paralelo à realização das oficinas participativas, serão conduzidas algumas entrevistas focais, aquelas em que o respondente é entrevistado por um curto período de tempo, de forma espontânea, assumindo o caráter de uma conversa informal, mas o entrevistador seguirá um certo conjunto de perguntas que se originam do protocolo de estudo de caso (MERTON et al, 1990, p. 176).

³ Definida por Gayatri Chakravorty Spivak (2010) em sua obra “Pode o subalterno falar?” como um processo de exclusão múltipla (econômica, política e legal) que nega ao grupo a possibilidade de ser um membro pleno e de ter sua voz ouvida e reconhecida.



Essas entrevistas seguirão um roteiro semiestruturado, com perguntas previamente estabelecidas e que poderão ser respondidas livremente (GIL, 2021, p. 128). Os entrevistados serão representantes indígenas, indigenistas, pesquisadores do município e pessoas dos distritos pesquisados, indicadas previamente pelos alunos durante as oficinas e que possam contribuir com memórias que corroborem com os objetivos da pesquisa.

Combinado às observações participantes e entrevistas, será feito um levantamento de documentações indiretas para fundamentação da pesquisa, que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 174) é aquele realizado por meio da leitura e análise de materiais já produzidos por outros, sendo documental (ou de fontes primárias) e bibliográfica (ou de fontes secundárias). Ambas muito úteis nos estudos de caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação dos dados (ANDRÉ, 2013, p. 100).

Com as evidências da pesquisa coletadas, partiremos para o tratamento dos dados, através da análise de conteúdo, conceituado por Bardin (2011, p. 48) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

A análise de conteúdo consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a determinado assunto pelo seu autor (CHIZZOTTI, 2006, p. 114). Para isso é imprescindível uma organização em torno de três polos cronológicos, que são: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011, p. 124).

Na perspectiva de Bardin (2011, p. 126), a pré-análise consiste na organização dos materiais coletados nas oficinas e entrevistas, partindo de uma “leitura flutuante” para estabelecer contato com os documentos a analisar e conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. Essa estratégia possibilitará a constituição de um *corpus*, que consiste em um conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.

Ainda na fase de pré-análise, a transcrição literal das entrevistas são de extrema relevância, visto que, é uma mudança de meio e isso introduz questões de precisão, fidelidade e interpretação, envolvendo a expressão de notas como ideias e certos tipos de observações, além de representar o início da análise de dados (GIBBS, 2009, p. 28-29).

A segunda fase consiste na exploração do material coletado da codificação e categorização de dados para facilitar a interpretação dos resultados.



A codificação é a forma como você define sobre o que se trata os dados em análise, dividindo o texto em unidades de registro (palavras, frases, ideias), atribuindo códigos a cada unidade, representando temas, significados ou conceitos relevantes. Já a categorização é o agrupamento e a classificação dos códigos em grupos maiores que podem expressar um conceito teórico, exigindo um afastamento das descrições [...] e passar para um nível mais categórico, analítico e teórico de codificação que sustente a pesquisa (GIBBS, 2009, p. 62-63).

Diante dessa ideia de codificação e categorização é possível prospectar que o patrimônio-territorial indígena de Viçosa do Ceará, pode ser codificado a partir dos símbolos que os alunos utilizarão para representar os elementos indígenas numa categoria de mapeamento participativo como recurso didático para o ensino de Geografia.

Já os diálogos construídos durante as oficinas participativas e as entrevistas podem ser codificadas pela seleção de expressões estereotipadas e de termos que simbolizem pertencimento, ressignificação de culturas e/ou práticas indígenas e apagamento da cultura indígena local, que podem se encaixar na categoria de discursos e representatividade. É possível ainda, codificar a frequência com que o patrimônio-territorial indígena é mencionado ou ignorado em documentos oficiais de Viçosa do Ceará, categorizado como territorialidades e lugares de memória.

O tratamento dos resultados, pressupõe a elaboração de instrumentos analíticos para organizar, sumarizar e relacionar os dados coletados, a partir da utilização de matrizes, que segundo Gil (2021, p. 202) são arranjos constituídos por linhas e colunas que possibilitam rapidamente o estabelecimento de comparações entre os dados. Esse tratamento de dados facilitará a interpretação, pois permitirá uma visão geral dos códigos e das categorias criadas na fase de pré-análise.

Com todo material organizado parte-se para realização da inferência e da interpretação dos resultados, contudo, Gomes (2007, p. 80-81) reforça que tanto a análise quanto a interpretação ocorrem ao longo de todo o processo, apesar de, em determinados momentos, interpretarmos os dados sem passarmos pela descrição e a análise, contudo elas podem ser caminhos úteis para uma interpretação.

A inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição para a interpretação (BARDIN, 2001, p. 45). A interpretação é a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 168), ou seja, é neste momento em que transformamos os dados encontrados em conhecimento aprofundado sobre o tema estudado, articulando empirismo e teoria em um processo dinâmico e reflexivo.



É importante destacar que a pesquisa seguirá rigorosamente os aspectos éticos que garantam a validade e integridade dos resultados. Para isso, sempre que necessário, elaborar-se-á um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e também um termo de autorização de imagem e gravação de voz/vídeo, prezando pela proteção de dados e pela privacidade dos participantes envolvidos nesse estudo.

A dissertação será organizada em cinco capítulos interdependentes. O primeiro e o segundo capítulo comporão a introdução e os procedimentos metodológicos; o terceiro discutirá traçado a história de Viçosa do Ceará desde o aldeamento até a sua elevação à cidade, dando ênfase ao processo de subalternização enfrentado pelos povos indígenas que habitavam esse território, relacionando ao conceito de patrimônio-territorial e suas relações com território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização. O quarto capítulo apresentará os resultados e as discussões da pesquisa com ênfase na cartografia social e no mapeamento participativo realizado para dar visibilidade aos grupos subalternizados ao longo da história e seu valor como recurso didático para o ensino-aprendizagem de Geografia; e o quinto capítulo serão as considerações finais da pesquisa.

O mapa participativo feito a partir dos conhecimentos da cartografia social resultará no recurso educacional elaborado como produto da pesquisa, visando melhorar a prática de ensino-aprendizagem em Geografia. Os mapas produzidos serão organizados em forma de cartilha, com uma sequência didática que possibilite a aplicação em sala de aula.

O recorte teórico será fundamentado principalmente nos estudos de Serafim Leite (1945), Raimundo Girão (1984) e Maico Oliveira Xavier (2010) que traçam a trajetória histórica de Viçosa do Ceará; de Everaldo Batista da Costa (2016) que discute a teoria de patrimônio-territorial; de Rogério Haesbaert (2024) e Milton Santos (2007; 2021) que refletem sobre território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização; e as abordagens de Henri Acselrad (2008) e Marquiana de F. Vilas Boas Gomes (2017) acerca da cartografia social como instrumento de resistência, de ressignificação cultural e de ensino-aprendizagem na Geografia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Viçosa do Ceará é um município localizado no noroeste do Estado do Ceará, pertencente à microrregião da Serra da Ibiapaba, abrange uma área de 1.310,91 km² e uma população de 59.712 habitantes, onde somente 0,18% são autodeclaradas indígenas atualmente (IBGE, 2022), apesar de ser uma cidade erigida em função de um aldeamento indígena (GIRÃO, 1984).



Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Viçosa do Ceará foi o primeiro município criado na Serra da Ibiapaba e inicialmente habitada pelos Tabajara (pertencentes ao ramo Tupi, Anacé, Arariú) e Crotá (ramo Tapuia), que por décadas, resistiram à colonização portuguesa.

Castro (2002) pontua que o primeiro contato externo desses povos ocorreu em 1590, com os franceses liderados por Adolf Montbille, mas a primeira tentativa colonizadora ocorreu somente em 1603 com Pero Coelho de Sousa, que mesmo não obtendo sucesso colonizatório, conseguiu expulsar os franceses da região, abrindo caminho para os missionários jesuítas iniciarem a catequização dos indígenas da Serra da Ibiapaba.

A bandeira de Pero Coelho não trouxe nenhum padre. Mas a expedição seguinte foi dirigida por dois, da Ordem de Santo Inácio, um deles sacrificado à sanha dos “índios” [indígena] — o padre Francisco Pinto. Eram eles os que plantariam a Cruz de Cristo na terra do Ceará (GIRÃO, 1984, p. 232).

Dando sequência à essa saga colonial, Studart (2004) nos diz que em 1607 foi realizada uma nova tentativa de colonização, desta vez, pelo viés religioso, por meio da catequização feita através das missões jesuíticas lideradas pelos Padre Francisco Pinto e Padre Luís Figueira. Além de fracassar, ainda terminou com o fim trágico desse primeiro, que foi brutalmente assassinado em 1608, por indígenas Tocarijus (também chamados Cararijus) em forma de resistência à invasão portuguesa, como descreve Leite (1945, p. 8):

Os Cararijus atacaram a casa em que estava o P. Pinto, que procurou debalde apaziguar os assaltantes. Defenderam-no os “índios”⁴ amigos, sendo feridos mortalmente dois, entre os quais o fidelíssimo Antônio Caraibpocou. Ferido este, os selvagens arremeteram ao P. Francisco Pinto, e, tendo-lhe uns mão nos braços, estirando-lhos para ambas as partes, ficando ele em figura de Cruz, outros lhe deram tantas pancadas com um pau na cabeça, que lhe fizeram pedaços.

Apesar do fracasso, isso não esmoreceu os jesuítas que, ao contrário, se dedicaram para fundar um aldeamento na Ibiapaba, fato ocorrido por volta de 1656, com a chegada dos Padres Antonio Ribeiro e Pedro de Pedroso, tendo como superior da missão, o Padre Antônio Vieira. Fundaram ali a Missão São Francisco Xavier, desfeita em 1662 quando para o Maranhão fugiram ante a insubordinação dos próprios Tabajaras (XAVIER, 2010, p. 44).

Dentre as várias tentativas, a colonização da Ibiapaba só foi efetivada em 1700 com a chegada de Padre Ascenso Gago e Manoel Pedroso. Conforme afirma Girão (1984, p. 234):

⁴ Esse termo é considerado inadequado, mantido aqui para fidelidade ao documento. Segundo a obra “Crônicas indígenas para rir e refletir na escola” (2020) de Daniel Mundurucu, esse termo generaliza a existência de tantos povos originários, empobrece suas experiências, arranca suas identidades e encobre suas diferenças. Assim, o termo adequado é “indígena” que significa “natural do lugar em que vive”. Os primeiros que habitaram essa terra chamada Brasil.



I SEMINÁRIO
PROFGEO
URCA

OS DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA ACADÊMICA NA
PÓS-GRADUAÇÃO



Esta nova investida acabou vitoriosa. A Missão da Ibiapaba, como ficou geralmente conhecida, produziu os seus bons frutos. O povoado em que eram reunidos e missionários os “índios” [indígenas] recebeu o nome de Aldeia de N. S. da Assunção da Ibiapaba e transformou-se no que é hoje a cidade de Viçosa do Ceará, antes designada Vila Viçosa Real, em 7 de julho de 1759.

Em 17 de agosto de 1758, com a criação do Diretório dos “índios” ou pombalino, os jesuítas perdem o poder político e econômico nas aldeias e a lei 3 de setembro de 1759, promulgada pelo Rei D. José I, sob a influência de Marquês de Pombal, formalizou a expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses, elevando os aldeamentos à condição de vilas, que foram confiscadas e entregues a padres seculares. Houve ainda mudanças de nomes, onde a de Ibiapaba passou a chamar-se Vila Viçosa Real e foi entregue ao Padre Luís do Rego Barros (GIRÃO, 1984). Assim, a extinção dos jesuítas,

[...] significou a dissolução dos núcleos dos indígenas, sua fuga para os bosques, sua exploração pelos brancos a começar dos célebres diretores, sem a compensação do ensino religioso, sem o decoro à família que os missionários garantiam, sem a moralidade e o respeito social que ensinavam (STUDART, 2004, p. 183).

Inicialmente, a catequização e a educação impostas pelos jesuítas nos aldeamentos em nome da Coroa portuguesa, resultaram no apagamento histórico-cultural e no silenciamento desses povos. Posteriormente, o diretório pombalino consolida esse processo e promove a invisibilização desses povos.

A catequização provocou o apagamento histórico-cultural por meio do etnocídio indígena, já que destruíram as crenças religiosas nativas, substituindo-as pelo cristianismo. Apesar de agirem de forma mais protetora contra a exploração dos colonos, os padres jesuítas impunham a moral e os costumes europeus, na tentativa de eliminar rituais, práticas sociais e estruturas familiares nativas. Sendo assim, os aldeamentos:

[...] foram os principais responsáveis pelo etnocídio indígena, pois os missionários preservaram suas vidas físicas, impedindo assim, um genocídio. Entretanto, cometeram etnocídio e perda de identidade cultural, pois fizeram tudo para que os indígenas aldeados perdessem suas raízes culturais que se exprimiam na nudez, na poligamia, nos rituais e nas casas comuns chamadas malocas (HOORNAERT, 1994, p. 49).

Integrada a catequização, a educação ofertada pelos jesuítas provocou o silenciamento desses povos, pois segundo Leite (1945), os indígenas eram mantidos sob um regime de tutela, no qual os padres falavam em nomes deles, negociavam suas terras e sua mão de obra com a Coroa e os colonos, ultrapassando a simples catequese, implicando assim, no controle social e político dos indígenas, regulando costumes, trabalho, residências e práticas culturais. O fato é que essas estratégias significaram na verdade:



[...] a imposição de valores sociais, morais e religiosos, acarretando a desintegração e a consequente destruição de incontáveis sociedades indígenas, o que caracteriza o etnocídio, um processo diverso do genocídio, porém com resultados igualmente nefastos para os povos dominados (MUNDURUKU, 2012, p. 29).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a situação ficou ainda pior, visto que, o Diretório pombalino, previa estratégias de inserção dos indígenas na sociedade colonial, como o aprendizado da língua portuguesa, em detrimento das línguas nativas; o incentivo aos casamentos mistos, envolvendo indígenas e brancos; a supressão da categoria "índio", substituindo-a por termos como "brasileiro livre" e "caboclos" promovendo o aumento exagerado de "pardos" nos registros; e a disseminação do trabalho agrícola, visto como fator econômico e civilizacional. Entretanto, muitos indígenas fugiam da vila, por se sentirem privados de liberdade, migrando para os sertões do Piauí ou buscavam formas de sobrevivência fora do alcance dos representantes do Estado, contribuindo assim, para uma grande invisibilidade étnica desses povos (XAVIER, 2010).

Em consequência da política histórica de subalternização das territorialidades e do patrimônio indígena, o que se consolida no espaço urbano é a forma colonial. Essa configuração comprova-se através do tombamento oficial do centro urbano ocorrido em 2002 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que priorizou a área em torno da praça Clóvis Beviláqua e da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, com 72 casarões em estilo colonial português de valor arquitetônico comprovado (CASTRO, 2002), revelando uma patrimonialização seletiva e excludente.

Considerando todo esse processo histórico é possível inferir que apesar de ter seu passado intrinsecamente ligado a um aldeamento indígena, pouco restou da antiga missão jesuítica na Ibiapaba, onde as antigas ocas de madeira e palha foram gradualmente sendo substituídas por edificações no estilo colonial português (VASCONCELOS, 2023), legitimando assim, o apagamento, a invisibilidade e o silenciamento do patrimônio-territorial indígena construído ao longo de séculos de história. Esse fenômeno é conhecido como subalternização.

Diante dessa crítica à subalternização das heranças indígenas presentes no território, é necessário a discussão de um conceito que ultrapasse a materialidade do tombamento patrimonial. Dessa forma, o constructo de patrimônio-territorial mostra-se essencial nessa discussão, visto que,

[...] é a história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder: arte, religião, saberes, fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais. É um utopismo que serve para dar voz aos indígenas, às mulheres, aos pobres urbanos; legitima a diversidade das memórias nacionais e acusa desmantelamentos por guerras e ditaduras (COSTA, 2016, p. 2-3).



Sob essa perspectiva, é importante destacar que para dar visibilidade à uma herança que foi subalternizada pelos sujeitos dominantes da história, não encontraremos um patrimônio intacto, já que houve um processo de desterritorialização, definido por Haesbaert (2024) como o movimento pelo qual se abandona o território, que quase sempre ocorre de forma traumática, associada à perda, à exclusão ou à despossessão, mas que não implica no desaparecimento total dos territórios.

Salienta-se, portanto, que o “território usado é o chão mais a identidade” (SANTOS, 2007, p. 14), ou seja, ele não é somente a base física onde existem relações de poder, mas um espaço onde há construção das territorialidades, como “sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS; SILVEIRA, 2021, p. 27).

Andrade (1998, p. 214), afirma que a expansão do território brasileiro, ao mesmo tempo em que promovia a ampliação da territorialidade, provocava a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita, como é o caso dos indígenas. Contudo, para Haesbaert (2024) a desterritorialização e a reterritorialização são inseparáveis e funcionam como um ciclo contínuo de transformação territorial, possibilitando a ressignificação dos espaços, das práticas culturais e valores que dão sentido a um novo local.

Nesse sentido, o patrimônio-territorial “é uma estratégia contra a invisibilidade de grupos subalternizados no desenrolar da modernidade/colonialidade e a base para a valoração existencial de sujeitos segregados” (COSTA, 2017, p. 56). Desvela-se então, a possibilidade de mapear vestígios de resistência no território, pois esse legado ainda pode estar vivo na memória e nas práticas culturais desses sujeitos.

Diante desse cenário, propõe-se a utilização da cartografia social como um instrumento capaz de promover uma reterritorialização simbólica desse patrimônio-territorial subalternizado. Segundo Acselrad (2008) essa técnica transforma os sujeitos em agentes ativos na representação do território por eles vividos, servindo para reafirmar suas territorialidades, seus modos de vida e identidades, já que para a cartografia social:

[...] a importância do mapeamento não está no desenho em si (formato), mas no significado (na subjetividade) do objeto representado, pois a sua representação é pautada num contexto relacional, ou seja, faz parte de um cotidiano interativo do sujeito que mapeia o seu próprio espaço vivido (LIMA; COSTA, 2012, p. 85).

Partindo da compreensão da importância da linguagem cartográfica para a Geografia, visto que, “é uma ciência que se preocupa com a organização do espaço e para ela o mapa é utilizado tanto para a investigação quanto para a constatação de seus dados”



(ALMEIDA; PASSINI, 2009, p. 16), conclui-se, portanto, que os conhecimentos da cartografia convencional aliada à cartografia social, pode ser um excelente recurso no processo de ensino-aprendizagem, pois:

[...] permite caminhos para a construção de diferentes conceitos com destaque para o objeto do ensino, o espaço geográfico, os conceitos operacionais de análise, tais como a paisagem, o lugar, e o território, etc. Os protagonistas são os sujeitos do conhecimento, crianças e jovens escolares que ao grafar suas trajetórias, histórias de vida, contextos sociais, compartilham experiências, ouvem, falam, expressam-se oralmente, em textos e imagens. E assim criam-se as possibilidades pedagógicas da Cartografia Social (CS), pela sua densidade em Geografia e pelo seu processo dialógico. (GOMES, 2017, p. 103).

Embora mais estrita aos movimentos sociais, Gomes (2017, p. 106) pontua que a cartografia social se consolida em um grande potencial à Geografia escolar, norteando uma alfabetização cartográfica ao mesmo tempo em que se criam possibilidades de compreensão do espaço geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa terá como próxima etapa a realização das entrevistas semiestruturadas e das oficinas participativas com os estudantes e escolas selecionadas, para identificar e mapear de maneira coletiva os patrimônios-territoriais indígena em Viçosa do Ceará. Esse levantamento de materiais será primordial para legitimar a proposta metodológica do mapeamento participativo.

As disciplinas obrigatórias e eletivas cursadas nesse primeiro ano do mestrado, mostraram-se decisivas para o amadurecimento teórico-metodológico do estudo que será construído na dissertação. Os diálogos, as leituras e as reflexões realizadas juntamente com os professores e os colegas de jornada, permitiram o desenvolvimento de um olhar mais crítico sobre diversas questões que envolvem a educação geográfica, despertando profundas inquietações que nos movem numa perspectiva de transformação.

Assim, através deste projeto, espera-se que o mapeamento participativo produzido pelos estudantes contribua com o reconhecimento dos patrimônios-territoriais indígenas e com a inovação de práticas educativas, permitindo uma educação geográfica mais crítica e sensível às riquezas culturais dos territórios. A pesquisa também poderá servir de abertura para novos trabalhos acadêmicos que busquem valorizar as identidades de povos subalternizados e fortalecer o uso da cartografia social em sala de aula como uma valiosa ferramenta de visibilidade e ressignificação cultural.



REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e territoriais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p. Coleção Território, ambiente e Conflitos Sociais, n. 1. ISBN 978-85-86136-04-7.
- ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 213-220.
- ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 40, pág. 95-103, jul/dez. 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASSEY, Michael. **Case study research in educational settings**. Buckingham: Open University Press, 1999.
- CASTRO, José Liberal de. **Viçosa do Ceará: parecer sobre tombamento federal de trecho urbano**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, Anno CXVI, 2002.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 176 p.
- COSTA, Everaldo Batista da. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 26, n. 2, p. 53-75, jul./dez. 2017. DOI: 10.15446/rcdg.v26n2.59225.
- _____. **Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder**. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2016, Barcelona. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro, 2016. v. 1. p. 1- 30.
- GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198 p. (Coleção Pesquisa Qualitativa).
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo, Atlas, 2002.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. [3. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2021.
- GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 4ª. ed. rev. e atual. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1984 (Coleção estudos cearenses).



I SEMINÁRIO
PROFGEO
URCA

OS DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA ACADÊMICA NA
PÓS-GRADUAÇÃO



GOMES, Marquiana de F. Vilas Boas. **Cartografia social e geografia escolar: aproximações e possibilidades.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Guarapuava, v. 6, n. 11, p. 301-321, jan./jun. 2016. ISSN 2236-3904.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 14ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2024.

HOORNAERT, Eduardo. **Catequese e aldeamento.** In: SOUZA, Simone (Coord.). História do Ceará. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 45-62.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Indicadores.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Viçosa do Ceará.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/344/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugalia, 1945. Tomo III.

LIMA, Marcos Vinícius da Costa; COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia.** Geografares, n. 12, p. 76-113, jul. 2012. ISSN 2175-370.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MERTON, Robert K.; FISKE, Marjorie; KENDALL, Patricia L. **The focused interview: a manual of problems and procedures.** 2. ed. New York; London: The Free Press; Collier Macmillan Publishers, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUNDURUKU, Daniel. **Crônicas indígenas para rir e refletir na escola.** Ilustração João Montanaro. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

_____. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulina, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade do século**



XXI. 22ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton (et al). **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007, p. 13-15.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1090>. Acesso em: 24 de abr. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Yan de Abreu Gomes. **De aldeia a Viçosa**: o conjunto urbano tombado e a emergência de um patrimônio territorial em Viçosa do Ceará/CE. Anais do XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia (ENANPEGE). Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93951>. Acesso em: 24 abr. 2025.

XAVIER, Maico Oliveira. **Cabôcullos são os brancos**: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo de Vila Viçosa Real, século XIX. 2010. 296f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. **Índios e jesuítas na Aldeia da Ibiapaba (1700-1759)**. Revista Historiar, ano II, n. 1, p. 43-60, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre, Bookman, 2001. Tradução de Daniel Grassi.